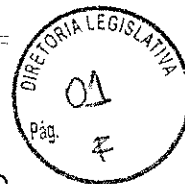




Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



REQUERIMENTO

À DL PARA PROVIDÊNCIAS

DATA: 13 ABR. 2015

PRESIDENTE

Súmula: REQUER, respeitosamente o envio de resposta sobre questão de ordem, conforme dispõe o art. 104, §1º do Regimento Interno deste Poder.

Senhor Presidente

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente **REQUER**, esclarecimentos a respeito dos questionamentos abaixo:

- ✓ Conforme o disposto no art. 259 do Regimento Interno, entende-se que o Conselho de Ética é composto de **cinco membros** e igual número de suplentes, sendo assim, pergunta-se a Vossa Excelência: Considerando o que prevê o art. 261, tendo em vista que o deputado Missionário Ricardo Arruda (PSC) foi escolhido o corregedor deste Poder, com direito a voz e voto: qual deputado será o 5º membro do referido Conselho?

Sala das Sessões, 13 de março 2015.

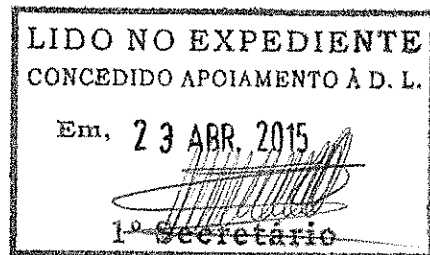
PR EDSON PRACZYK/PRB

Líder do Bloco: PRB/PPL/PSL/PV



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Diretoria Legislativa



PARECER

Requerimento nº: 1685/2015-DAP.

Autor: Deputado Pr. Edson Praczyk.

Assunto: Requer o envio de resposta sobre questão de ordem, conforme dispõe o art. 104, §1º do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa.

I – RELATÓRIO:

Trata-se de Requerimento de autoria do Excelentíssimo Deputado Pr. Edson Praczyk, objetivando o envio de resposta sobre questão de ordem, com fundamento no art. 104, §1º do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa (Resolução nº 1, de 1º de março de 2005).

Argumenta o Nobre Deputado, no presente Requerimento, que conforme dispõe o art. 259 do Regimento Interno, entende-se que o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar é composto de cinco membros e igual número de suplentes. Logo, considerando o que prevê o art. 261 do Regimento Interno e tendo em vista que um dos membros do Conselho, Excelentíssimo Deputado Missionário Ricardo Arruda, foi escolhido como Corregedor deste Poder Legislativo, com direito a voz e voto, questiona qual o Deputado seria o 5º (quinto) membro do referido Conselho.

Encaminhou-se o presente Requerimento a esta Diretoria Legislativa para a elaboração de Parecer.

É o breve relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO:

Preliminarmente, faz-se necessário salientar que o **Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**, para atuação na 18ª Legislatura, 1ª e 2ª Sessões Legislativas, foi declarado constituído por meio do Ato do Presidente nº 2/2015, de 24 de fevereiro de 2015 (publicado no Diário Oficial da Assembleia nº 810, na

16:33 23/04/2015 00:19:58 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Diretoria Legislativa



mesma data – em anexo), tendo como **membros titulares** os seguintes Deputados: Anibelli Neto, Hussein Bakri, Pr. Edson Praczyk, Tião Medeiros e **Missionário Ricardo Arruda**. Outrossim, o referido Conselho foi instalado na data de 26 de fevereiro de 2015, oportunidade em que foi eleito como Presidente o Deputado Pr. Edson Praczyk e como Vice-Presidente o Deputado Tião Medeiros, conforme comprova a Ata de Instalação e Eleição publicada no Diário Oficial da Assembleia nº 814, de 02 de março de 2015 (em anexo).

Posteriormente, por meio do Ato do Presidente nº 11/2015, de 24 de março de 2015 (publicado no Diário Oficial da Assembleia nº 831, de 25 de março de 2015), foi declarada eleita a Corregedoria Parlamentar da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, para atuação na 18ª Legislatura, 1ª e 2ª Sessões Legislativas, sendo eleito como **Corregedor o Deputado Missionário Ricardo Arruda**.

Vislumbra-se, desse modo, que o Nobre Deputado Missionário Ricardo Arruda é concomitantemente Corregedor Parlamentar e membro do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar desta Casa Legislativa. Desta situação originou-se o questionamento do Excelentíssimo Deputado Pr. Edson Praczyk, tendo em vista o disposto no artigo 261 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, o qual fundamenta que *“o Corregedor da Assembleia Legislativa participará das deliberações do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, com direito a voz e voto, competindo-lhe promover as diligências de sua alçada, necessárias aos esclarecimentos dos fatos investigados”*. (grifei)

Por fim, não se pode deixar de lado o fato de o Presidente do Conselho ter nomeado o Deputado Missionário Ricardo Arruda como relator em processo que está em análise por esse Colegiado.

Pois bem. Em primeiro lugar, ressalta-se que não há qualquer vedação no sentido de que o Corregedor Parlamentar não possa ser, concomitantemente, membro do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar deste Poder Legislativo, conforme se extrai da leitura do artigo 259 do



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Diretoria Legislativa



Regimento Interno, o qual trata da composição do referido Conselho, *in verbis*:

Art. 259. O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar será constituído por cinco membros titulares e igual número de suplentes, eleitos para mandato de dois anos, observado, quando possível, o princípio da proporcionalidade partidária ou Blocos Parlamentares.

§1º Os Líderes Partidários ou de Blocos Parlamentares submeterão à Mesa as indicações dos Deputados que comporão o Conselho.

§2º As indicações referidas no parágrafo anterior serão acompanhadas pelas declarações atualizadas, de cada Deputado indicado, onde constarão as informações referentes aos seus bens, fontes de renda, atividades econômicas e profissionais, nos termos do artigo 242 deste Regimento.

§3º Acompanharão, ainda, cada indicação, uma declaração assinada pelo Presidente da Mesa, certificando a inexistência de quaisquer registros, nos arquivos e anais da Assembleia Legislativa, referentes à prática de quaisquer atos ou irregularidades capitulados nos artigos 244 e 247 deste Regimento, independentemente da Legislatura ou Sessão Legislativa em que tenham ocorrido.

§4º Caberá à Mesa providenciar, durante os meses de fevereiro a março da primeira e da terceira Sessões Legislativas de cada Legislatura, a eleição do Presidente e Vice-Presidente do Conselho.

No mesmo sentido, igualmente não há qualquer vedação quanto ao fato de ser o membro do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, concomitantemente, eleito como Corregedor Parlamentar, conforme se conclui do teor do artigo 262 do Regimento Interno (Resolução nº 1, de 1º de março de 2005), *in verbis*:

Art. 262 A Corregedoria da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná é constituída de 1 (um) Corregedor e 2 (dois) Corregedores Substitutos. O processo de eleição destes cargos é o mesmo para a escolha da Comissão Executiva.

Portanto, o fato de o Deputado Missionário Ricardo Arruda exercer as duas funções não viola qualquer dispositivo regimental.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Diretoria Legislativa



Em segundo lugar, de acordo com uma interpretação literal do art. 261 do Regimento Interno, o Corregedor da Assembleia Legislativa participa das deliberações do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, com direito a voz e voto. Ou seja, **o Corregedor tem o direito a voz e voto nas deliberações do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, contudo, não terá a obrigatoriedade de exercê-lo, sendo tal exercício facultativo, vez que se trata de direito disponível.**

Sendo assim, conclui-se que é perfeitamente possível que o Excelentíssimo Deputado Missionário Ricardo Arruda opte por não exercer o seu direito de voz e voto como Corregedor quando das deliberações do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, situação na qual não haveria qualquer necessidade de substituí-lo, seja como Corregedor Parlamentar, seja como membro do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, havendo a possibilidade, inclusive, de que exerça o seu voto como membro, sem ferir qualquer disposição regimental. Tal procedimento é indicado para que o mesmo parlamentar não vote duas vezes.

Ressalte-se ainda que não é possível a nomeação de um parlamentar que não seja membro do Conselho como relator. Dessa forma, resta inviabilizada a substituição do Missionário Ricardo Arruda enquanto membro.

Ademais, em caso de eventual empate na votação, caberá ao Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, Deputado Pr. Edson Praczyk, usar do voto de qualidade, nos termos do artigo 42, V c/c art. 260, *caput*, ambos do Regimento Interno (Resolução nº 1, de 1º de março de 2005).

Por fim, é importante mencionar que não há qualquer prejuízo em se adotar o procedimento acima descrito. Inclusive, na Câmara dos Deputados, conforme expressa previsão do artigo 9º, §4º do seu Código de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 2, de 26 de maio de 2011), o Corregedor poderá participar de todas as fases do processo no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, inclusive das discussões, porém, sem direito a voto: "O Corregedor da Câmara dos Deputados poderá participar de todas as fases



do processo no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, inclusive das discussões, sem direito a voto”.

III - CONCLUSÃO

Diante do exposto, **opina-se pela:**

1) ausência de vedação quanto à possibilidade de o Excelentíssimo Deputado Missionário Ricardo Arruda, eleito para o cargo de Corregedor Parlamentar, ser, concomitantemente, membro do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar desta Casa de Leis, nos termos dos artigos 259 e 262, ambos do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná;

2) possibilidade de o Deputado Missionário Ricardo Arruda, sem qualquer prejuízo, optar por não exercer seu direito a voto enquanto Corregedor quando das deliberações do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, mantendo seu direito a voto como membro do referido Conselho.

É o parecer.

Curitiba, em 22 de abril de 2015.


Dylliardi Alessi
Diretor Legislativo

Acato o parecer da Diretoria Legislativa pelos seus próprios fundamentos, considerando como resolvida a Questão de Ordem, nos termos do artigo 104, §1º do Regimento Interno.

Curitiba, em 22 de abril de 2015.


Ademair Luiz Traiano
Presidente